

A economia argentina no governo de Mauricio Macri

Carlos Henrique Horn
Luiza Pecis Valenti
Ben-Hur Petry
Leonardo B. Capuano*

A situação política e econômica da Argentina é constantemente noticiada pela mídia brasileira. A proximidade geográfica e a relação histórica entre os dois países fazem com que os acontecimentos na antiga Província do Rio da Prata sejam objeto de permanente interesse entre nós. Neste ano que marca o final do governo de Mauricio Macri, a Argentina atravessa um novo momento de vulnerabilidade econômica cuja extensão não só afeta negativamente suas relações comerciais com o Brasil e os demais países da região, como poderá influenciar o pêndulo político latino-americano.

Mauricio Macri chegou à presidência da República Argentina ao obter 51,3% dos votos válidos contra 48,7% do peronista Daniel Scioli no turno final. Em dezembro de 2015, assumiu a presidência em uma cerimônia que não contou com a presença de sua antecessora, Cristina Kirchner. O acirrado processo eleitoral, o desempenho negativo da economia nos anos precedentes e a composição política no Senado da Nação e na Câmara de Deputados indicavam que o novo presidente enfrentaria os desafios de um país extremamente polarizado, com graves problemas econômicos e ausência de maioria parlamentar.

Passados três anos, o otimismo do então candidato Macri não encontrou guarida

nos resultados do desempenho econômico argentino. O quadro de estagnação da atividade, que se prolongara desde 2012 aos dois primeiros anos do mandato, parece ter dado vez a uma conjuntura de ainda maiores dificuldades. Assim, no último trimestre de 2018, o PIB argentino sofreu uma forte queda de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, completando três trimestres de variação negativa, o que piorou o quadro do desemprego. Ao mesmo tempo, o país voltou a conviver com altas taxas de inflação, fechando o ano de 2018 em patamar superior a 40%, sobretudo devido ao aumento nos preços administrados que, após cortes de subsídios, cresceram em média 71% no ano. No front externo, os déficits comerciais e em transações correntes vêm se repetindo, sendo que o saldo negativo em conta corrente ultrapassou o montante de US\$ 30 bilhões em 2018, e os investimentos externos não recobram os níveis anteriores aos do ano de 2012. Em lugar do prometido “ordenamento macroeconômico”, a Argentina mergulhou na crise.

Em alguma medida, — o que futuras análises ainda deverão esclarecer —, a crise econômica de 2018 associa-se a decisões de política econômica do próprio governo Macri. No primeiro ano do mandato, o governo levou a termo uma negociação com os chamados Fundos Abutres que permitiu ao país captar recursos no mercado internacional de capitais. Assim, depois de se manter estável no patamar de US\$ 150 bilhões durante vários anos, a dívida exter-

na argentina saltou para cerca de US\$ 250 bilhões em 2018, sendo que praticamente a totalidade desse aumento ocorreu em virtude de empréstimos contraídos pelo governo que serviram a um só tempo para financiar os déficits públicos e as transações correntes com o exterior, além de ampliar as reservas internacionais do país.

A maior exposição do governo argentino aos riscos do financiamento em moeda estrangeira veio logo cobrar seu preço no primeiro semestre de 2018, quando, sob um contexto de retomada da alta das taxas de juros norte-americanas, se presenciou um rápido declínio das reservas internacionais e uma forte desvalorização do peso, com evidente impacto sobre as finanças públicas argentinas. Diante da gravidade dos problemas, o acordo com o Fundo Monetário Internacional foi a alternativa escolhida pelo governo para remediar a situação de fragilidade em que adentrou o país.

A forte piora no desempenho da economia evidenciou-se no segundo trimestre de 2018. De forma abrupta, inesperada para o governo e com início no setor externo, a crise argentina parece cumprir os requisitos que a qualificam como uma crise de parada repentina — ou *sudden stop crisis*. O termo, segundo o economista Rudiger Dornbush, origina-se de um ditado de banqueiros que remete a problemas de parada repentina em sistemas econômicos: “It is not speed that kills, it is the sudden stop”. Esse tipo de crise relaciona-se diretamente com uma rápida e representativa reversão no fluxo de capital externo, sendo que os países afeta-

dos apresentam características comuns nos gatilhos para o seu início e nos efeitos sobre a economia nacional. A probabilidade de sua ocorrência, desvelada pela depreciação da moeda nacional e pelo aumento nas taxas de juros, é tanto maior quanto maiores as fragilidades macroeconômicas a que se expõe o país.

Mauricio Macri iniciou seu governo em um cenário polarizado em termos políticos e instável no âmbito econômico. Sua decisão de ampliar o endividamento externo do setor público, no entanto, agravou a fragilidade das finanças governamentais. No momento em que as reservas internacionais declinaram rapidamente e a moeda nacional se desvalorizou, em meio ao aumento das taxas de juros estadunidenses, o governo acabou por colher não o “ordenamento”, mas o declínio na atividade da economia. A vulnerabilidade continuada no desempenho argentino agravou-se ainda mais após as políticas implementadas por Mauricio Macri, e o acordo com o FMI não mitigou, pelo menos em curto prazo, os efeitos da parada repentina. A crise não só poderá afetar diretamente as eleições presidenciais que se sucederão em novembro deste ano, como também a credibilidade do país em um eventual momento de “volta ao mundo”, parafraseando o próprio presidente Macri.

*Pesquisadores do Núcleo de Estudo e Pesquisa dos Países da América do Sul (NEPPAS) da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

FLAVIO DUTRA/JU - JUL-2010



Casa Rosada, sede da presidência da república argentina, em Buenos Aires